

MENDONÇA, Marisa Guião de; BULLA, Gabriela da Silva; KUHN, Tanara Zingano. Português como Língua Adicional: uma entrevista com Marisa Guião de Mendonça. *ReVEL*. vol. 18, n. 35, 2020. [www.revel.inf.br]

PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL: UMA ENTREVISTA COM MARISA GUIÃO DE MENDONÇA

Marisa Guião de Mendonça¹

Gabriela da Silva Bulla²

Tanara Zingano Kuhn³

Marisa Guião de Mendonça é atualmente Vice-reitora de Administração e Recursos da Universidade Pedagógica, Moçambique, onde também atuou como Diretora da Faculdade de Línguas (2003-2009), Coordenadora-Geral do Programa de Formação Contínua de Professores de Português (Programa Universidade Pedagógica-Instituto Camões) (2005-2013), Diretora da Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes (2009-2012) e Diretora da Escola Superior de Contabilidade e Gestão (2012-2014). Foi Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) por dois mandatos, entre 2014 e 2018. Em 2019, foi galardoada com a Medalha de Dedicção pelo Governo de Cabo Verde como reconhecimento ao seu trabalho para a difusão internacional da língua portuguesa e à sua dedicação excepcional à promoção do crescimento e desenvolvimento do diálogo cultural entre os povos da CPLP.

¹ Doutora em Educação/Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil, Vice-Reitora da Universidade Pedagógica-Maputo (Moçambique).

² Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em pós-doutoramento no *King's College London* e na Universidade de Barcelona pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professora Adjunta de Português como Língua Adicional no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e de Linguística Aplicada no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-Letras) da UFRGS.

³ Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade de Lisboa, com bolsa CAPES de doutorado pleno no exterior. Bolsista Cientista Convidado no Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP)/Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Pesquisadora integrada no Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra (CELGA-ILTEC).

Como professora na graduação e pós-graduação, tem se dedicado à didática do português, à supervisão pedagógica no ensino de línguas, à análise e produção de materiais didáticos para o ensino de línguas e à produção de recursos didáticos para o ensino de português como língua estrangeira. No âmbito da pesquisa, seus interesses são centralmente as metodologias de ensino de português como língua não materna e o desenvolvimento curricular em línguas em contextos de diversidade linguística e interculturalidade. Além disso, foi uma das idealizadoras do Portal do Professor de Português como Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPPE-IILP), tendo integrado a Equipe Assessora Central entre 2010 e 2014.

A professora Marisa Mendonça inicia esta entrevista com a história da constituição da área de PLA em Moçambique. Em seguida, oferece uma apresentação das características sócio-históricas, linguísticas e culturais do continente africano de modo a contextualizar as especificidades e os desafios ali encontrados em relação ao ensino e à aprendizagem de PLA. Também reflete sobre o papel do IILP para a área de PLA e compartilha sua opinião especializada quanto ao que entende ser essencial para um currículo de formação inicial e continuada de professores de PLA, destacando os principais desafios e problemáticas para a área de PLA no futuro. Por fim, nos deixa indicações de leituras para interessados em ingressar nessa área de estudos.

ReVEL – Como se constituiu historicamente a área de PLA em Moçambique?

MENDONÇA – O início da área de PLA, em Moçambique, pode-se, de certa forma, confundir com a história da colonização, uma vez que a Língua Portuguesa chega ao país, nesse contexto histórico. O Português foi ganhando espaço, tal como ocorreu em todos os outros Países Africanos de Língua Oficial portuguesa (PALOP). As populações foram, paulatinamente, aprendendo a LP, tendo já como meio de comunicação as várias línguas maternas. Nessa perspectiva, podemos considerar que a LP se revestiu de um estatuto de língua adicional. Este é, na minha perspectiva, um assunto que propõe, com toda a naturalidade, discussão, se se pretender definir fases de desenvolvimento do PLA.

Moçambique é um país com mais de trinta línguas nacionais de origem bantu, que coexistem com a Língua Portuguesa (LP), cujo estatuto é o de língua oficial. A percentagem de falantes de Português como língua materna tem vindo a crescer e isso é revelado pelos vários Censos Populacionais, já realizados. A discussão sobre se o Português deve ser, também, considerado uma língua moçambicana, é sempre motivo de posicionamentos diferentes, principalmente por quem se dedica a questões de política linguística. Porém, mesmo sendo língua materna de uma parte da população, ainda que diminuta, ele é claramente uma língua adicional para a maioria dos moçambicanos e, principalmente, para as crianças que chegam à escola sem o terem como veículo de comunicação. Importa realçar que tem havido uma grande preocupação na diversificação de metodologias e estratégias de ensino da LP, considerando o enquadramento específico de cada escola e a oferta que cada contexto tem da LP. No entanto, quero crer que é uma área que ainda necessita de um melhor e maior controlo.

ReVEL – Considerando o contexto do continente Africano, quais são as especificidades e os desafios que encontramos quando se trata de ensino e aprendizagem de PLA?

MENDONÇA – A África tem inúmeras realidades, países, cada um deles, constituído por um mosaico linguístico, cultural, no sentido mais amplo do termo, onde se inscrevem tradições, crenças, modos de vida, concepções do mundo. Estes países, culturalmente plurais, formam uma África-Continente imensamente diversificada, a todos os níveis. Para os leitores mais novatos na área, é importante destacar, portanto, que pensar o Continente Africano como um todo pode ser extremamente perigoso, desajustado, embora, ainda hoje, esta seja a tendência a vários níveis e sobre várias questões. Por exemplo, não é raro ouvir falar do Português Europeu, do Português do Brasil e do Português de África. Para nós africanos, que nos reconhecemos e distinguimos pela forma como falamos a Língua Portuguesa, soa a muito estranho, este discurso. As realidades linguísticas dos países africanos são díspares. Mesmo que se quisesse pensar em agrupamentos de países, tendo em conta as potências colonizadoras e as línguas europeias aí implantadas, se o foco for o desenvolvimento da área de PLA, esse critério, a meu ver, pode não ser pertinente, suficientemente válido. Não o é, certamente.

Se tentarmos pensar como critério a localização estratégica de alguns PALOP, sobretudo, Moçambique e Angola (pela sua densidade populacional e pela sua extensão territorial), talvez encontremos maior sustentabilidade para pensar num maior interesse dos países vizinhos, para o desenvolvimento da área de PLA. Percebemos esta apetência, por exemplo, ao nível dos países da África Austral, que já são cobertos por uma Rede de Ensino de Português, criada pelo Camões Instituto da Cultura e da Língua. A Namíbia, por exemplo, mesmo antes de ser país observador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tinha já em desenvolvimento a área de formação de professores de Português, tendo parte do estágio das formandas sido realizado em Moçambique, em duas Universidades públicas, a Universidade Pedagógica e, mais tarde, na Universidade Eduardo Mondlane. Nos países africanos, para além dos PALOP, há certamente Escolas de Ensino de línguas, onde, provavelmente, o Português será uma das ofertas. Ao referir a Rede criada e gerida pelo Camões Instituto, pretendi, principalmente, relevar o factor da organização em “rede”, por um lado, e, por outro, destacar a comparticipação de formadores provenientes de vários países de LP.

Nos PALOP, temos países que fizeram uma aposta já, de certa forma, consolidada no ensino bilingue, como é o caso de Moçambique, que à partida, seleccionou as línguas nacionais maioritárias para serem os veículos de comunicação e de aprendizagem nas primeiras classes do ensino básico, sendo a LP introduzida gradualmente. Houve, neste caso, a criação de uma base importante, como a normatização da ortografia das línguas moçambicanas, logo nos primeiros anos, após a independência nacional (1975). Este trabalho consistiu numa base segura, para se desenvolver a área de formação de professores em Ensino Bilíngue, a projecção e produção de materiais para este modelo de Ensino. Outros países têm, também, estado a explorar o Ensino nesta vertente Bilíngue, como são os casos de Angola e de Cabo Verde.

Quero crer que o desenvolvimento da área de PLA em África impõe, entre outros aspetos:

- i. Entender as motivações para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, considerando que parte dos países do Continente têm como língua(s) oficial(ais) uma língua europeia, a língua da potência colonizadora. Especial atenção deve ser

- dada aos países que têm o Inglês como uma das línguas oficiais, língua que permite a comunicação internacional, de um modo geral;
- ii. Considerarem-se, efetivamente, as situações de uso real, em que os aprendentes têm/terão nos diversos contextos. Dito de outro modo, importa realçar as situações de necessária utilização da língua;
 - iii. Perceber que “metodologias convencionais” são normalmente adotadas para o ensino de outras línguas adicionais, se esta for uma prática, nos vários países. É importante ter sensibilidade para uma eventual transição para outras metodologias e estratégias, se for o caso;
 - iv. Atender à necessária contextualização dos materiais de ensino, considerando as especificidades de cada contexto de desenvolvimento do PLA. A importação de materiais culturalmente “estranhos” às vivências dos aprendentes podem e são, normalmente, um estímulo para a desmotivação;
 - v. Precaver a preparação integral dos professores, se estes não forem do país onde atuam. O conhecimento dos países onde lecionam, da sua História, das suas especificidades culturais a vários níveis são um alicerce muito importante para uma melhor atuação docente.

ReVEL – Como ex-diretora do IILP, como a senhora entende a relação entre o Instituto e a área de PLA?

MENDONÇA – Eu penso que essa ligação é natural, intrínseca, considerando, por um lado, a missão do IILP, como instituição multilateral de defesa e promoção da Língua Portuguesa e, por outro lado, os Projetos desenvolvidos pela Instituição, e, neste caso, citaria fundamentalmente, o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não-Materna (PPPPE), um dos projetos-bandeira do Instituto. Acrescente-se a estes dois fatores, o facto de a Língua Portuguesa ser, atualmente, ensinada-aprendida num elevado número de países, muito para além dos que têm este idioma como língua oficial.

O conteúdo do Portal em referência reflete a Língua nas suas diversas variantes, as já formalizadas e descritas (europeia e brasileira) e nas outras, que mesmo em formação e ainda não descritas, já estão em uso, nos PALOP e em Timor-Leste. O Portal é, portanto,

o espelho de uma língua diversa e, por isso mesmo, manifestação de povos, de culturas, de estares, de seres, de fazeres, de aproximações e de especificidades. O Portal tem as nossas vozes; o Portal tem-nos a nós, todos nós. Para além disso, os materiais disponibilizados gratuitamente são passíveis de ser utilizados em situações diferenciadas.

Uma das estratégias que dão dinâmica e desenvolvimento ao PPPLE são os Cursos que têm sido realizados em diferentes contextos geográficos, para além dos PALOP. Posso sublinhar que já se realizaram Cursos na Argentina, em Macau, na Hungria, como exemplos da apetência que a aprendizagem da LP evidencia, neste momento. A realização deste tipo de capacitações são consequência de contactos feitos entre o IILP e as instituições universitárias desses países e, a sua efectivação, depende, também, da capacidade financeira das instituições envolvidas (IILP e outras). É importante sublinhar que estes Cursos de Capacitação têm custos elevados, se considerarmos o orçamento anual do IILP. Para além disto, parece-me importante referir, também, que os Cursos que realizamos em Lisboa, na sede da CPLP, foram frequentados por participantes provenientes dos quatro cantos do mundo, muitos deles de países de língua oficial inglesa. O Portal tem um nível de utilizadores muito elevado, de nacionalidades extremamente diversas e isso é, em meu entender, um argumento natural da sua utilidade, da importância que a LP tem e das expectativas que se têm em relação ao IILP, de uma forma geral.

O cada vez maior número de países que já são Observadores Associados da CPLP e aqueles que estão a responder aos requisitos para que possam ter esse estatuto, é um motivo concreto para que o IILP continue a desenvolver, no seu leque de atividades e de atribuições, essa área muito concreta, contribuindo, assim, também dessa forma, para uma maior internacionalização da LP no mundo.

ReVEL – Considerando sua pesquisa e atuação profissional, quais seriam os conhecimentos imprescindíveis em um currículo de formação inicial e continuada de professores de PLA na contemporaneidade?

MENDONÇA – Penso que são várias as áreas que deverão merecer uma atenção especial. Acredito que a questão:

- i. Da multiculturalidade não pode ser algo que se contorne; é importante que se desenvolvam competências para que os professores tenham possibilidades de atuação em diferentes contextos culturais. Priorizei esta questão, por ter visto já experiências de ensino de PLA, com professores absolutamente desenquadrados, do ponto de vista cultural. Claramente que não tinham ferramentas suficientes, que despertassem neles, a atenção e a sensibilidade pelo diferente;
- ii. Da gestão de grupos heterogêneos em termos de estágios de desenvolvimento de habilidades linguísticas e, por vezes, grupos numerosos;
- iii. Das técnicas, quer de elaboração, quer de adaptação correta de materiais de ensino;
- iv. Do conhecimento e implementação de metodologias diversificadas.

ReVEL – Quais são os principais desafios e problemáticas para a área de PLA nos próximos 10 anos em termos globais?

MENDONÇA – Gostaria de, em resposta a esta questão, referir alguns aspetos que me parecem oportunos, tendo em conta a minha experiência como formadora, mas, sobretudo, o que pude observar, enquanto Diretora Executiva do IILP. E vou restringir-me, apenas, àqueles que considero fundamentais, para um maior e melhor desenvolvimento da área de PLA:

- i. O melhor aproveitamento do IILP, como instituição agregadora, estratégica, para a promoção da LP, nas suas várias vertentes. Isto implica, por um lado, dotar a Instituição, única na sua especificidade, de meios humanos e materiais para que tenha a capacidade de agregar e (re)equilibrar inúmeros esforços feitos por outras Instituições, que também atuam nesta mesma área. É necessário ter coragem ao mais alto nível, e pensar no IILP, nas suas potencialidades e fragilidades, e tomarem-se as decisões que se mostrarem pertinentes. Analisar a Instituição e pensar-se que o problema se situa apenas ao nível de recursos financeiros é, quanto a mim, ter uma visão reducionista da questão. Se uma análise séria mostrar que seria importante uma requalificação da Instituição, promova-se essa requalificação com profundidade e serenidade;

- ii. A importante atuação em rede, das várias instituições que atuam na área de LP, numa perspectiva de complementaridade e não de competição. A questão da promoção da LP, em geral, e desta área do PLA, a meu ver, não se situa, tão só, na falta de recursos. Parece-me necessário que haja planificação, implementação e gestão de projetos conjuntos, que possam partilhar recursos (humanos e financeiros), visões, ambições e que conduzam a resultados mais visíveis. Os PALOP, alguns deles, já têm obrigação de se envolver nesse cenário, de contribuírem. A ideia que defendo não é, minimamente, a de anular os projetos nacionais, a cooperação bilateral, mas é urgente alavancar-se um outro nível de cooperação e de entendimento efetivo, que se oriente para projetos multilaterais. Certamente, que esse esforço terá resultados mais visíveis, mais consistentes;
- iii. A maior valorização da localização estratégica dos países da CPLP, no sentido de serem “agentes promotores” da divulgação e defesa da LP. É importante que sejam os nossos países, os primeiros a defenderem um ativo da Comunidade, seu eixo estruturante, a sua língua comum. Esta postura, em muitos contextos, está ainda longe de ser uma realidade, pois, até nos nossos próprios países, cedemos facilmente à utilização da língua do outro, por exemplo ao Inglês, ao Francês;
- iv. A melhor rentabilização dos processos de mobilidade, como cenários naturais para que os estudantes estrangeiros, nos nossos países, sintam apetência para aprenderem o Português. Penso que o aproveitamento destas oportunidades está muito aquém do que poderia ser;
- v. A melhor e maior circulação de bens culturais, falo, por exemplo de literatura em Língua Portuguesa e de Música, áreas de forte produção nos países da Comunidade.

Há muitos outros aspetos que, nesta questão, se poderiam enquadrar, mas penso que referi o que considero fundamental.

ReVEL – A ReVEL costuma encerrar as entrevistas pedindo sugestões de leituras. Como especialista na área, a senhora poderia sugerir textos essenciais para quem gostaria de ingressar na área de PLA?

MENDONÇA – Deixo duas sugestões valiosas, em homenagem a duas Colegas do PPPLE: *Diálogos Interculturais. Ensino e formação em português*, de Edleise Mendes e *Formação de professores de português*, de Viviane Furtoso.